



1

25 DE ABRIL DE 2022 – 8H30MIN

Presentes: Presidente João Carlos Gomes, Vice-Presidente Jacir José Venturi, Conselheiros(as) Ana Seres Trento Comin, Carlos Eduardo Sanches, Christiane Kaminski, Clemencia Maria Ferreira Ribas, Décio Sperandio, Fabiana Cristina de Campos, Fátima Aparecida da Cruz Padoan, Flávio Vendelino Scherer, Gilmara Ana Zanata, Jacir Bombonato Machado, Maria das Graças Figueiredo Saad, Marise Ritzmann Loures, Marli Regina Fernandes da Silva, Meroujy Giacomassi Cavet, Oscar Alves, Ozélia de Fátima Nesi Lavina e Rita de Cassia Moraes.

I – Discussão e aprovação das atas da 2^a RO.

II – Expediente

- a) avisos e comunicações;
- b) indicações e proposições;
- c) distribuição de processos.

- 1) Processo on-line nº 5707/2019 - Protocolo nº 16.113357-4
Processo on-line nº 5708/2019 - Protocolo nº 16.113.358-2
Int.: Colégio Ética Ibiporã – Ensino Fundamental e Médio.
Mun.: Ibiporã
Ass.: Pedido de reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e do Ensino Médio.

III – Ordem do dia

- Presença on-line da Diretora de Políticas e Regulação da Setec/Mec Joelma Kremer, para tratar das Políticas para a Educação Profissional: Re-Saber e novo ENEM.

IV – Outros assuntos

2 A 3.^a Reunião Ordinária do Conselho Pleno, referente a 8.^a (oitava) Sessão, foi realizada
3 no dia 25 de abril de 2022, às 8h30min, com a presença dos Conselheiros e servidores do
4 Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR). Iniciando a Sessão, o Presidente
5 do CEE/PR João Carlos Gomes, agradeceu a presença e a colaboração de todos e após
6 verificar o número regimental, fez a chamada nominal dos(as) Conselheiros(as). Na
7 sequência, colocou em discussão e votação as atas da 2.^a Reunião Ordinária, as quais
8 foram aprovadas por unanimidade, e passou aos avisos e comunicações, a saber: a) e-
9 mail recebido do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação
10 (Foncede), informando que o Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Conselho
11 Estadual do Rio de Janeiro e Vice-presidente da Região Sudeste, assumiu a presidência
12 do Fórum a partir de 01/04/2022, tendo em vista impedimento da Conselheira Marcia
13 Adriana de Carvalho, por motivos particulares de saúde, conforme Reunião da
14 Presidência realizada em 09/03/2022. Os contatos com a presidência do Foncede devem
15 ser feitos pelos endereços eletrônicos foncedepresidencia@gmail.com e
16 ricardotonassi@gmail.com. Os e-mail foi repassado a todos os Conselheiros; b) e-mail
17 recebido da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA),
18 convidando para participar do Fórum Nacional sobre Políticas Públicas de Enfrentamento
19 à Violência em Crianças e Adolescentes no dia 25/04/2022, das 8h30min às 17h. Este e-

20 mail também foi enviado a todos os Conselheiros; c) Participação da 32ª Reunião
21 Extraordinária do Conselho de Administração do Paranaeducação no dia 19/04/2022, às
22 9h, por videoconferência. Após, falou sobre o levantamento dos protocolados que
23 entraram no CEE/PR, a partir do dia 25/03/2022, a saber: a) CEIF: 12 expedientes on-line,
24 57 expedientes e-Protocolo, 06 retornos de Diligências on-line, 04 retornos de Diligência
25 e-Protocolo, totalizando 79 protocolados; CEMEP: 03 expedientes on-line, 59 expedientes
26 e- Protocolo, 06 retornos de Diligência e-Protocolo, totalizando 68 protocolados; CES: 02
27 expedientes e-Protocolo; Bicameral: 29 expedientes e-Protocolo, 02 expedientes on-line,
28 02 retornos de Diligência on-line, 02 retornos de Diligência e-Protocolo, totalizando 35
29 protocolados, Conselho Pleno: 01. No total, foram 185 protocolados. Em continuidade,
30 parabenizou aos aniversariantes do mês. Na sequência, fez a distribuição do Processo
31 on-line n.º 5707/2019, e-Protocolo n.º 16.113357-4, e Processo on-line n.º 5708/2019, e-
32 Protocolo n.º 16.113.358-2, de interesse do Colégio Ética Ibiporã – Ensino Fundamental e
33 Médio, município de Ibiporã, referente ao pedido de reconhecimento do Ensino
34 Fundamental (1.º ao 9.º ano) e do Ensino Médio, o qual foi sorteado para a Conselheira
35 Meroujy Giacomassi Cavet. Em continuidade, comunicou sobre a presença da equipe da
36 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
37 (Setec/MEC), que abordarão sobre Políticas para Educação Profissional: Programa Re-
38 Saber e novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a saber: a) Joelma Kremer,
39 Diretora de Políticas e Regulação da Setec/MEC; b) Anderson Sanita, Coordenador-Geral
40 de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica; c) Maria Ilca da
41 Silva Moitinho, Coordenadora-Geral de Regulação e Supervisão da Educação Profissional
42 e Tecnológica. Com a palavra, a Diretora de Políticas e Regulação da Setec/MEC, Joelma
43 Kremer, explicou que a Secretaria é responsável por formular, planejar, coordenar,
44 implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica
45 (EPT), desenvolvidas em regime de colaboração com os sistemas de ensino e os agentes
46 sociais parceiros. Entre as suas atribuições, consta a promoção de programas e ações
47 destinados ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, nos diferentes
48 níveis e modalidades de ensino, especialmente em relação à integração com o ensino
49 médio, à educação de jovens e adultos, à inovação, à educação a distância, à difusão do
50 uso das tecnologias educacionais e à certificação profissional de trabalhadores. A
51 Secretaria ainda responde pela manutenção, supervisão e fortalecimento das instituições
52 que compõem a Rede Profissional, Científica e Tecnológica. Em seguida, falou sobre a
53 importância do CEE/PR para dar suporte. Informou que a equipe é reduzida e não
54 consegue supervisionar tudo. Falou sobre a implementação do Re-saber e sobre as
55 oficinas para capacitação. Comunicou sobre o ingresso no Sistema Nacional de
56 Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), regularizado pelos
57 Conselhos Estaduais de Educação, que tem como finalidade o registro e a divulgação dos
58 dados da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país. Disse que o Decreto do
59 Proeja visa incluir fomento e requalificação. Na sequência, passou a palavra para a
60 Coordenadora Maria Ilca Moitinho, que comentou sobre o Catálogo Nacional de Cursos
61 Técnicos, que estava em consulta pública até o dia 25/03 e agora estão sendo feitas as
62 análises das contribuições. Falou sobre a modernização do Sistec, que agrega todas as
63 informações dos cursos técnicos, e sobre a implementação das ações para os cursos
64 técnicos (primeiro na rede federal e depois para a rede privada). Falou sobre o edital para
65 as instituições privadas de ensino superior (IPES) referente à possibilidade de oferta de
66 novos cursos técnicos. Sobre isso, Anderson Sanita comentou que existem quatro eixos e

67 que a Educação Profissional pertence ao eixo Político, tendo como premissa a busca pela
68 melhoria da empregabilidade dos egressos dessa modalidade de ensino. Nesse sentido,
69 Joelma Kremer comentou que apenas 10% das matrículas do Ensino Médio são em
70 cursos profissionalizantes, enquanto a média da Organização para Cooperação e
71 Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 40%. Um dos motivos desse fato ocorrer é o
72 preconceito com a EPT, que precisa ser vencido. Nos países desenvolvidos, esse
73 preconceito é menor, as pessoas entendem a EPT como um caminho possível para uma
74 primeira profissão, a fim de ingressarem no mercado de trabalho. A Diretora informou
75 ainda sobre a edição do Guia para ajudar os estados a estruturar a educação técnica.
76 Disse que esse foi um trabalho árduo e desafiador. Em seguida, comentou sobre dados
77 da educação técnica e profissional, sobre a mentoria de ação pedagógica, que incentiva a
78 formação técnica, e disse que será lançado um aplicativo para o estudante entender qual
79 o percurso de interesse. O Presidente do CEE/PR agradeceu a explanação e comentou
80 que para melhor abordar sobre o assunto, foi constituída uma comissão no CEE/PR para
81 realizar estudos referentes à atualização da Deliberação n.º 05/2013-CEE/PR, que dispõe
82 sobre as normas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Especialização
83 Técnica de Nível Médio, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, e à
84 complementação, no que tange aos Cursos Superiores de Tecnologia, da Deliberação n.º
85 06/2020-CEE/PR, que fixa normas para as Instituições de Educação Superior mantidas
86 pelo Poder Público Estadual e Municipal do Estado do Paraná e dispõe sobre o exercício
87 das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições e de seus cursos. Após
88 ser exarada a minuta da Deliberação que institui as Diretrizes Curriculares
89 Complementares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e para a
90 Educação Profissional Tecnológica, de Nível Superior, ofertada em cursos e programas no
91 **âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, colocou-se em audiência pública**
92 **por** 30 dias com o objetivo de ouvir a comunidade e receber contribuições no documento.
93 O Presidente da Comissão instituída no CEE/PR para tratar da EPT, Conselheiro Décio
94 Sperandio, disse que o CEE/PR está em fase de conclusão das Diretrizes Curriculares
95 Complementares para a Educação Profissional e Tecnológica. Ressaltou que a Comissão
96 instituída tem Conselheiros experientes no assunto, e que a mesma fez um estudo
97 histórico da EPT no Brasil em termos de legislação, a fim de ter pilares de sustentação
98 para exarar a nova Deliberação sobre a EPT, a qual, no entendimento da Comissão e do
99 CEE/PR, trará uma nova esperança para a Educação Profissional, principalmente ao
100 estudante, uma vez que a EPT será inserida no itinerário formativo do Ensino Médio.
101 Outro ponto que chamou atenção da Comissão desde o início de sua constituição,
102 segundo Sperandio, foi o fato de que a EPT tem que ser tratada e proposta de forma
103 articulada entre a Educação Profissional Média, os Cursos Tecnólogos, os mestrados e
104 doutorados profissionais. Isso é de fundamental importância para que o aluno faça um
105 curso na Educação Profissional e possa dar sequência no Tecnólogo, afirmou Sperandio,
106 que ressaltou que a Deliberação n.º 06/2020, exarada pelo CEE/PR para flexibilizar os
107 cursos tecnólogos, facilita a criação dos mesmos, tendo como base a vocação regional e
108 os arranjos produtivos locais. Agora, os cursos técnicos serão ofertados de forma que os
109 estudantes possam dar sequência nos cursos tecnólogos, demonstrando a articulação
110 entre a Educação Profissional Média e os cursos tecnólogos, apontou o presidente da
111 Comissão. O Presidente do CEE/PR, Conselheiro João Carlos Gomes, disse que a
112 Comissão está trabalhando para finalizar em maio ou junho o documento final, quando
113 deverá ser discutido no Conselho Pleno do CEE/PR. Disse ainda que no Brasil é muito

114 escassa a mão de obra técnica, por isso precisa ser oportunizado aos jovens o Ensino
115 Técnico durante o Ensino Médio. Nesse sentido, deve haver uma união entre Estados e
116 Federação. A Diretora de Políticas e Regulação da Setec/MEC frisou que com a
117 implantação do Novo Ensino Médio, um novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)
118 precisará ser formulado, o qual será implantado a partir de 2024. No novo formato do
119 Enem, que continuará sendo aplicado em dois dias, haverá, no primeiro dia, uma prova
120 única e obrigatória para todos os inscritos, com questões interdisciplinares que avaliarão
121 raciocínio lógico e argumentação dos alunos. Ou seja, será constituído por perguntas
122 discursivas e não apenas de múltipla escolha. As questões interdisciplinares terão como
123 foco, Língua Portuguesa, Matemática e Língua Estrangeira Moderna, porém abordando
124 temas de outras disciplinas. Assim, pode ter uma questão de História com texto escrito em
125 língua inglesa para o estudante avaliar, por exemplo. Há a previsão do uso de uma
126 inteligência artificial para a correção dessas questões, o que permitiria a divulgação das
127 notas nos mesmos prazos que já são feitos. Neste dia, também haverá a aplicação da
128 redação, tal como é feito atualmente. O segundo dia de prova será relacionado à área de
129 atuação que o aluno deseja seguir no Ensino Superior, tal como o “caminho” que ele
130 escolheu seguir durante o Novo Ensino Médio. Serão quatro opções de prova:
131 Linguagens, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Matemática, Ciências da Natureza e
132 suas Tecnologias; Matemática, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Ciências da
133 Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Ressaltou que estudantes que
134 cursarem o Ensino Técnico Profissionalizante terão bonificação no Enem, a qual será
135 definida pela Setec/Mec. A Professora Joelma Kremer disse que tem sido desenvolvido
136 um trabalho assíduo com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e com o Grupo de
137 Trabalho (GT) que foi instituído no MEC para tratar sobre o novo Enem. Uma das
138 mudanças pleiteadas pela Setec foi para que o Itinerário da Formação Técnica
139 Profissional fosse contemplado no Enem. Esta modificação é bastante relevante e pode
140 impulsionar o Ensino Técnico, destacou Joelma Kremer. Informou, ainda, que o Ministro
141 da Educação assinará, no próximo dia 05/05/2022, a resolução relativa à questão das 400
142 horas (professor bacharel) e às horas de exercício em sala e que os professores poderão
143 requerer diploma para licenciatura em formação tecnológica. Assim, os professores que
144 fizerem uma especialização de 400 horas em sua área profissional e tenham mais 400
145 horas de aula ministradas em sua área, poderão obter um diploma de licenciatura em
146 Educação Profissional e Tecnológica. Sobre isso, o Presidente do CEE/PR, João Carlos
147 Gomes, disse ser um avanço para a Educação Profissional e Tecnológica ter professores
148 licenciados em EPT para ministrar aulas aos discentes, contribuindo de maneira
149 significativa e com propriedade para a formação do futuro profissional do mercado
150 brasileiro. Para ele, será um marco fundamental na legislação para a EPT, que associada
151 às políticas do governo Federal e do Estado, dará um grande salto nesta modalidade da
152 educação. Após, o Conselheiro Décio Sperandio falou sobre as Diretrizes Curriculares
153 Complementares para a Educação tecnológica e da importância dos mestrados
154 profissionais. Disse que muitas vezes, os avaliadores usavam os mesmos critérios do
155 mestrado acadêmico para avaliarem o profissional. O ideal seria flexibilizar os cursos com
156 base nos arranjos produtivos locais. Frisou que a informação precisa chegar ao aluno.
157 Com a palavra, Joelma Kremer falou sobre o projeto Verticalisa, que tem como objetivo
158 capacitar as instituições para fazerem o aproveitamento de estudos no curso superior.
159 Assim, o estudante vê perspectiva no Ensino Médio. O Conselheiro explicou ainda a
160 diferença entre notório saber e o conhecimento acadêmico. Sobre isso, Joelma Kremer

161 ressaltou que o notório saber, se institucionalizado, deixa de ser notório saber para ser
162 saber certificado. Com a palavra, o Conselheiro Jacir José Venturi lembrou que neste ano,
163 iniciou-se o novo Ensino Médio, que deve estar consolidado até 2024, quando haverá o
164 novo Enem com base nessa implantação. A esse respeito, lembrou também que há
165 grupos de trabalho no Inep e no MEC para elaborarem essa nova etapa do Enem. Nesse
166 sentido, solicita que sejam fornecidas informações adicionais, porque a segunda etapa
167 será desafiadora. Em continuidade, falou sobre o Proeja. Informou que em 01/12/2021 foi
168 aprovada, pelo CEE/PR, a Deliberação da EJA para o Paraná. Mencionou a Conferência
169 Internacional de Jovens e Adultos (CONFITEA), que teve início na Dinamarca, em 1949.
170 Em 2009, a referida Conferência internacional ocorreu em Belém, Pará, sendo um marco
171 no Brasil. Nesse viés, questiona se há aproveitamento das experiências profissionais. Na
172 sequência, falou sobre o ensino híbrido, ressaltando a necessidade de haver
173 regulamentação sobre isso. Assim, questionou de há alguma minuta de documento sobre
174 esse assunto no Ministério da Educação. Em resposta, Joelma Kremer informou que na
175 segunda etapa do Enem será com a mudança incorporada. O primeiro dia será
176 interdisciplinar, o segundo será uma combinação de itinerários, ou seja, o aluno escolhe
177 um dos itinerários formativos para realizar a prova. Disse que o CONFITEA inclui
178 requalificação e haverá reunião em junho. Caso haja interesse sobre o assunto, poderá
179 ser agendada explanação. Quanto ao ensino híbrido, haverá reunião na próxima sexta-
180 feira (22/04) para abordar o assunto, e na primeira semana de maio será realizada
181 reunião com o CNE. A Conselheira Christiane Kaminski, que faz parte da Comissão da
182 elaboração das Diretrizes Complementares da Educação Profissional, disse que inseriu
183 alguns artigos sobre o Sistec no documento elaborado pela equipe de trabalho (artigos 64
184 a 67). Em seguida, questionou sobre o número de matrículas. Sobre isso, Maria Ilca
185 Moitinho informou que depende da alimentação do Sistema pelas Secretarias de Estado
186 da Educação. Relatou que o Sistec havia sido criado para outro fim e que estão
187 trabalhando para que as informações fiquem mais claras. Disse que com o novo modelo
188 do Sistec, espera-se resolver algumas situações. Falou que há um grupo de trabalho
189 interno para viabilizar o mais rápido possível o Diploma Digital. Com a palavra, Joelma
190 Kremer abordou sobre o Sistema Nacional de Reconhecimento e Certificação de Saberes
191 e Competências Profissionais (Re-saber), instituído pela Portaria MEC n.º 24/2021, e
192 sobre a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
193 (Rede CERTIFIC). O Re-Saber é um sistema de certificação profissional gratuito, visando
194 atender trabalhadores que detêm saberes e competências desenvolvidos ao longo da
195 vida, fora do ambiente escolar formal, legalmente instituído no Brasil. O objetivo é atender
196 às demandas por certificação profissional do trabalhador, promover a inclusão
197 socioproductiva e incentivar a continuidade de estudos para a elevação da escolaridade.
198 Os benefícios são certificação profissional de trabalhadores; diminuição da informalidade;
199 inclusão socioproductiva; elevação da escolaridade; aumento do número de matrículas na
200 Educação Profissional e Tecnológica. O Re-Saber é organizado nacionalmente e possui
201 estrutura descentralizada, por meio da qual são respeitadas as competências dos
202 sistemas de ensino federal, estadual e municipal, sendo facultada ao sistema de ensino
203 militar a participação. O público-alvo são trabalhadores maiores de 18 (dezoito) anos, com
204 escolaridade mínima requerida para o respectivo processo de certificação, inseridos ou
205 não no mundo do trabalho. Há várias ações relacionadas ao Re-Saber em
206 desenvolvimento, entre as quais se destacam: a) Edital de Adesão das instituições ao
207 Sistema Re-Saber: Edital nº 6/2021 – O Edital inicia o processo de chamadas públicas

208 para participação das instituições que ofertam Educação Profissional e Tecnológica. A
209 partir da publicação do edital, realizada no dia 23/09/2021 pelo Centro de Referência em
210 Educação a Distância (Cerfead), do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), as
211 chamadas públicas contemplarão instituições da Rede Federal de Educação Profissional,
212 Científica e Tecnológica, nos termos do artigo 1º da Lei 11892/2008; do sistema de ensino
213 militar, observado o art. 83 da Lei nº 9.394, de 1996; da Rede de Escolas Técnicas do
214 SUS (RET-SUS); das redes estaduais, distrital e municipais de ensino; dos Serviços
215 Nacionais de Aprendizagem; e das redes privadas que ofertam educação profissional. Ao
216 participarem das chamadas públicas, por meio da indicação de dois servidores que serão
217 capacitados para serem multiplicadores, as instituições aderirão, também, à oferta da
218 Certificação de Saberes e Competências Profissionais – Re-Saber; b) Programa de
219 capacitação de profissionais da educação profissional para a implementação de
220 processos de avaliação, reconhecimento e certificação no âmbito do Sistema Nacional de
221 Reconhecimento e Certificação de Saberes e Competências Profissionais – Re-Saber
222 (Projeto Oficinas do Re-Saber) – serão ofertadas 500 vagas totais, distribuídas em 10
223 turmas de 50 profissionais, ao longo de dois anos, promovendo a capacitação de 500
224 multiplicadores em 250 instituições de educação profissional em todo o território nacional.
225 Para a instituição fazer parte do Re-Saber, ela deve elaborar a regulamentação interna e
226 submeter à aprovação do órgão competente do respectivo sistema de ensino para
227 posteriormente solicitar a adesão por meio do Sistema Nacional de Informações da
228 Educação Profissional e Tecnológica (Sistec). Após a verificação da conformidade, as
229 instituições credenciadas se tornarão unidades certificadoras e deverão dar publicidade à
230 sua oferta de certificação, que poderá ser de cinco tipos: qualificação profissional;
231 profissional técnica; especialização profissional técnica; profissional tecnológica; e
232 docente da educação profissional. As ofertas de certificação deverão estar alinhadas às
233 constantes nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Já a Rede Certific se constitui
234 como uma Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica voltada para o
235 atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e
236 certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-
237 aprendizagem e formação inicial e continuada a ser obtido por meio de Programas
238 Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada –
239 Programas CERTIFIC. Explicou que o trabalhador interessado em ter seus saberes
240 profissionais reconhecidos formalmente pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do
241 Trabalho e Emprego deverá identificar o Instituto Federal de Educação Ciência e
242 Tecnologia ou Instituição mais próxima que ofereça o Programa Interinstitucional de
243 Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programa CERTIFIC que
244 contemple seu setor de atuação profissional. Em seguida, o trabalhador deverá inscrever-
245 se, mediante edital público, para participar do processo de reconhecimento de saberes e,
246 se necessário for, de complementação de formação profissional por meio de Cursos de
247 Formação Inicial e Continuada. Essas duas etapas ou apenas a primeira –
248 reconhecimento de saberes – dará ao trabalhador o direito de receber memorial descritivo
249 do conjunto avaliativo ao qual submeteu-se. Caso tenha contemplado todos os quesitos
250 previstos na profissão/ocupação a qual se inscreveu, o trabalhador terá sua Certificação
251 Profissional. Disse, ainda, que precisa haver Projeto Pedagógico de Certificação
252 Profissional (PPCP). Explicou que esse é um projeto gratuito para o estudante. Pode
253 envolver licenciaturas (para a educação profissional e técnica) e cursos técnicos. Com a
254 palavra, a Conselheira Christiane Kaminski questionou sobre a questão da divisão de

255 carga horária presencial e a distância, conforme normativa vigente, e se para a carga
256 horária presencial poderia haver mediação de tecnologia. A esse respeito, Joelma Kremer
257 explicou que será lançado sem a carga horária no Catálogo. Mas a princípio,
258 independente do curso, precisa ter 50% de presencialidade. Informou que haverá revisão
259 sobre esse item, porque foi empregado linearmente. A Conselheira Christiane Kaminski
260 questionou sobre o prazo para aprovação do PPCP e o retorno para a instituição. Sobre
261 isso, Maria Ilca Moitinho ressaltou que a Portaria estabelece o prazo para análise e que
262 este foi ampliado porque há muitas demandas para os avaliadores na Secretaria de
263 Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Isto posto, a Conselheira Christiane
264 Kaminski elogiou a equipe daquela Secretaria ministerial e agradeceu o atendimento
265 dispensado a este Colegiado. Na sequência, o Presidente do CEE/PR perguntou se há
266 algo quanto à questão do financiamento. Sobre isso, Joelma Kremer mencionou a
267 articulação com o Pronatec e o programa de qualificação denominado Qualifica Mais.
268 Nesse viés, comentou que há áreas em que há necessidade de realizar a qualificação
269 profissional, citando como exemplo a profissão de cobrador de ônibus, que em muitos
270 municípios está sendo reduzida em detrimento da tecnologia usada para a cobrança do
271 passe para utilização do transporte público. O Presidente João Carlos Gomes, em nome
272 de todos os membros do Colegiado, agradeceu o tempo disponibilizado. Em resposta,
273 Joelma Kremer disse ser muito bom poder dialogar com o CEE/PR, haja vista que
274 trabalham para os Conselhos Estaduais de Educação e em prol dos estudantes. Nesse
275 viés, o Presidente do CEE/PR disse ser muito importante ouvir os órgãos. Na sequência,
276 o Conselheiro Oscar Alves comentou sobre a Resolução CNE/CP n.º 01/2021, que define
277 as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
278 Para o Conselheiro, ela contribui com a experiência profissional do trabalhador, que busca
279 competência ao longo da vida. Ao unir formação de nível técnico com tecnológica e de
280 pós-graduação foram ampliados novos conceitos. O Conselheiro Oscar Alves afirmou que
281 o aproveitamento de estudos na Deliberação é importante para estimular o aluno a
282 continuar seus estudos. Frisou que o notório saber foi inserido na normativa por não haver
283 formação de professores suficientes para a desejada expansão de cursos pretendidos.
284 Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CEE/PR agradeceu a presença de todos e
285 encerrou a Sessão.

A presente Ata é registro fiel do ocorrido na reunião acima identificada e foi lavrada por mim, Claudia Mara dos Santos, Secretária-Geral do CEE/PR, que assino com o Senhor Presidente João Carlos Gomes e os(as) Senhores(as) Conselheiros(as).

286